



MOVIMENTOS SOCIAIS: NARRATIVAS DE LUTAS, DE DIREITOS E DE JUSTIÇA SOCIAL

Temática de Extensão:
DIREITOS
HUMANOS &
JUSTIÇA

Entrevista com Izabel Brandão

SOBRE A PESSOA ENTREVISTADA

Izabel de Fatima de Oliveira Brandão, Licenciada em Letras (Inglês) pela Universidade Federal da Paraíba (1980), tem mestrado em Inglês: pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985) e doutorado em English Literature (Ph.D.) pela University of Sheffield (1991), Inglaterra. Em 2010, realizou estudos de Pós-doutorado na UFMG sobre a escritora caribenha Grace Nichols. É bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desde 2007 e professora titular da Universidade Federal de Alagoas (aposentada). Atua como professora e pesquisadora do PPGLL, na área dos Estudos Literários. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Comparada, pesquisando, principalmente nos seguintes temas: crítica literária feminista, literatura de autoria feminina, literatura de língua inglesa, autoria feminina e literatura brasileira. Tem pesquisado nos estudos de ecologia e literatura com foco na ecocrítica feminista.

Palavras-chaves: Extensão. Feminismos. Literatura. Produção e escrita feminista.

Entrevista com Izabel Brandão

ENTREVISTA

Kim Santiago: Como nasceu seu envolvimento inicial pela temática e como tem sido sua prática contributiva na participação ou em realização de pesquisas relacionadas a temas que dialogam com a temática Direitos Humanos e Justiça Social, nesse caso, literaturas de autoria feminina/feminismos?

Izabel Brandão: “Falar de Direitos Humanos sempre pede uma problematização mais global, porque o assunto não é apenas uma especificidade temática. Estamos falando de um contexto planetário e que envolve diferenças e singularidades. Claro que é possível pensar os Direitos Humanos dentro da singularidade das mulheres e no contexto em que vivemos em sociedade, uma sociedade onde não existe simetria nas relações entre pobres e ricos, entre homens e mulheres, seja em que cultura for. Mesmo se considerarmos que, no Brasil, as mulheres são maioria (mais de 51% da população em dados do último censo), essa maioria não representa igualdade de direitos. E se há alguma simetria, por exemplo, no pagamento de salários, pode ter certeza de que a qualificação das mulheres é bem maior do que a dos homens. Trata-se então de um conflito entre homens e mulheres? Sim e não. Historicamente, quando os homens assumiram o poder patriarcal da sociedade (lá pelo século V antes da era cristã), as mulheres foram colocadas no gineceu, onde em muitos casos ainda permanecem, que é o interior do ambiente doméstico. Eles foram (e continuam) no espaço público. Pode-se observar isso nos períodos de guerra mundial. Ficando apenas no século XX, quando da primeira grande guerra, como a força de trabalho ficou desfalcada, o mercado de trabalho precisou se abrir para quem estivesse disponível e eram as mulheres que estavam. Quando o conflito acabou e os homens voltaram para suas casas, o espaço público aberto às mulheres quis devolvê-las ao ambiente doméstico, mas isso já não podia mais ser aceito. Na prática, o que isso significou foi o aumento da jornada de trabalho para incluir os dois espaços. Isso mudou hoje em dia? Em parte, sim, porque as “mágicas” das facilidades do pós-guerra (eletrodomésticos e outros) ajudaram, mas os homens continuam a pensar que o ambiente doméstico é território das mulheres e ali eles não querem fazer nada. Estou falando em tese, porque sempre houve homens que contribuíram e continuam a

Entrevista com Izabel Brandão

fazê-lo em suas casas, mas esses são a exceção. Então, o contexto da divisão de poder sempre foi problemático. Hoje talvez um pouco menos, porque as mulheres conquistaram certos direitos durante as lutas pelos direitos civis na década de 1960 em diante. E no nosso país, existe a instituição da empregada doméstica, que cuida de nós e das nossas famílias, enquanto trabalhamos. E com tudo isso, ainda há quem fale de uma volta à família tradicional com seus valores ultrapassados de autoridade masculina dentro do lar, o que é um anacronismo de extrema direita.

A sociedade sempre avança e também retrocede. É recente, por exemplo, como no Afeganistão, o retorno à opressão dos direitos das mulheres é um fato, infelizmente, e com alguns agravantes, especialmente no que toca à educação e aos direitos humanos. Isso é devastador, mas as sociedades no mundo são diferentes e complexas e essas complexidades precisam ser observadas com o entendimento de que muitas vezes o que é direito em uma sociedade, pode ser uma agressão em outra. Nesse caso, devemos perguntar se podemos, e devemos pensar em mudar a cultura do outro.

Então, a questão do respeito aos direitos humanos das mulheres precisa ser muito cautelosa no plano global. Isso já vem ocorrendo e, nos últimos quarenta anos, as conferências mundiais a favor dos direitos humanos das mulheres vêm cuidando disso a partir de políticas globais e específicas que busquem o seu empoderamento, a defesa de seus direitos e conquistas, com especial atenção à conciliação da vida privada com a pública, conforme argumenta Ana Lobato Pinheiro, em “Direitos Humanos das Mulheres, no livro Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo, organizado por Natália Fontoura, Marcela Rezende e Ana Carolina Querino, publicado pelo IPEA em 2020.

No campo do conhecimento das humanidades e, especialmente no contexto literário, quando lemos Virginia Woolf em “Um teto todo seu (1928)”, entendemos que os direitos das mulheres sempre foram desrespeitados: entre os séculos XVI e XVII, por exemplo, muitas apanhavam (a violência doméstica continua viva), não tinham acesso à educação e, se sabiam ler e escrever, é porque tinham nascido em berço de ouro, como a poetisa aristocrata Lady Winchilsea (1661-1720). Mas Judith Shakespeare, a famosa irmã do dramaturgo inglês, que foi tentar a sorte em Londres, acabou grávida e cometeu suicídio, sem ter conseguido acesso ao sucesso do irmão, mesmo sendo tão talentosa quanto ele. Claro que isso é uma licença criativa de Woolf, mas ela não criou a opressão da cultura

Entrevista com Izabel Brandão

patriarcal contra as mulheres. Naturalmente, não vivemos mais esse momento, porque as escritoras hoje conquistaram a duras penas o direito à própria voz e as mulheres autoras estão em todos os espaços. Se há hoje uma maior divulgação de suas escritas, nem sempre isso foi assim. Há uma longa história de apagamentos e invisibilidade, que foi aos poucos sendo modificada. Falo um pouco disso agora.

Em 1992, quando comecei a atuar no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLL/UFAL) – na época, Mestrado em Letras, pois o doutorado ainda não havia sido criado –, precisei pensar um projeto de pesquisa na área de Literatura brasileira, porque meu doutorado na Inglaterra (University of Sheffield) foi em Literatura inglesa, que é a minha área de formação, desde a graduação, na UFPB. Minha tese foi sobre D. H. Lawrence, um escritor do cânone e que continuo a estudar (meu livro *Encontros feministas com D. H. Lawrence* foi lançado na última bienal da Edufal), a partir de uma perspectiva feminista, visão com a qual sempre me identifiquei, desde quando integrei o grupo que criou a União das Mulheres de Maceió (UMMA), ainda no período da ditadura (década de 1980), juntamente com Taís Normande, Ivanilda Verçosa, Jaredé Viana e Lenilda Austrilino, entre tantas outras colegas e amigas que nos reuníamos na sede da Sociedade Alagoana para a Defesa dos Direitos Humanos (SADDH), para trocar ideias e implementar ações acerca das questões das mulheres alagoanas e também da anistia política em processo. Por conta disso, me interessei pelos estudos feministas e na academia, desde o Mestrado na UFSC, transferi esse foco para a crítica literária feminista. Foi esse mesmo foco que me fez olhar também para o contexto das escritoras brasileiras no qual pude observar lacunas relativas a essa presença.

Conforme já mencionei antes, hoje é mais fácil, felizmente, falar sobre mulheres escritoras, mas o terreno foi preparado a partir de meados dos anos 1980 por pesquisadoras feministas brasileiras, a exemplo de Susana Funck e Zahidé Muzart, UFSC. Susana foi minha professora e Zahidé, conheci no Grupo de Trabalho (GT) A Mulher na Literatura, da ANPOLL (Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). As autoras brasileiras referenciadas naquele momento continuam sendo referenciadas hoje e são pertencentes ao século XX. É o caso de Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles, todas já falecidas. Mas e as do século XIX? Foi nesse ímpeto que a saudosa Zahidé iniciou um projeto de busca de autoras brasileiras do século XIX que

Entrevista com Izabel Brandão

envolveu pesquisadoras de todo o Brasil nesse processo de escavação das autoras invisibilizadas do cânone literário nacional. O resultado desse magnífico projeto foi a publicação de três volumes da Antologia Escritoras brasileiras do século XIX, pela editora Mulheres, com quase três mil páginas contando um pouco dessa história apagada dos registros oficiais brasileiros que norteiam o ensino da Literatura brasileira. Esse trabalho de pesquisa resgatou a história de mais de 100 escritoras brasileiras, incluindo autoras de Alagoas, como Rosália Sandoval e Maria Lúcia Duarte, por exemplo, porque também eu pude contribuir nesse projeto de Zahidé Muzart, juntamente com algumas alunas que na época faziam Mestrado (ou Iniciação Científica) sob minha orientação, como é o caso de Luciana Fonseca.

Para além do exemplo da professora Zahidé, aqui no Estado de Alagoas também havia lacunas e foi nesse sentido que desenvolvi o projeto de busca das autoras alagoanas juntamente com duas outras colegas, as pesquisadoras Ildney Cavalcanti e Ana Cecília A. Lima, no início dos anos 1990, na UFAL. O projeto levou bastante tempo para ser encaminhado, por várias dificuldades que não pretendo discutir agora. Resta dizer que limitamos o alcance da pesquisa para o início do século XX e à imprensa alagoana, porque o acesso ao século XIX não foi possível. As mais de 50 autoras que descortinamos desse século e do seguinte, naquele momento, incluiu fontes diferentes das comumente disponíveis em Maceió, como é o caso do Arquivo Público e também do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Entre 1999 e 2001, coordenei um projeto interinstitucional financiado pelo CNPq, envolvendo a UFBA, a UFRPE e a UFAL, através do Núcleo Temático Mulher & Cidadania (NTMC), à época sob a responsabilidade da professora doutora Elvira Barretto. O resultado desse projeto foi a publicação de uma coletânea em três volumes, a “Coleção Mare&sal” (homenageando o Grupo Mare&sal Estudos e Pesquisas Interdisciplinares, hoje com 25 anos de atuação junto à UFAL). O primeiro volume, O corpo do desejo, sobre meninas adolescentes de Maceió, da professora doutora Fátima Albuquerque, era da área de saúde, da UFAL; o segundo, da área de Letras, intitulado Retratos à margem – antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950), foi organizado por mim, da UFAL, e pela professora doutora Ívia Alves, da UFBA. O terceiro volume, da área de Ciências Sociais, A

Entrevista com Izabel Brandão

cientista e sua identidade de gênero, foi organizado pelas pesquisadoras Nadia Regina Lima, da UFAL, e Laura Arrazola et all, da UFRPE.

Entendendo o conceito de direitos humanos como o respeito que devemos ter à dignidade humana, à igualdade entre todos e a não aceitação de opressão de nenhuma forma sobre quem quer que seja, é possível dizer que, historicamente, as mulheres têm sido oprimidas e desempoderadas, ainda que sejam a maioria da população mundial, e seus direitos têm sido desrespeitados no cotidiano das sociedades que ainda hoje não olham para essa maioria como sendo capazes de estar em todos os espaços, sejam eles no âmbito da família, do trabalho, das instituições que nos governam e também na educação, na cultura e, naturalmente como seres pensantes que produzem conhecimento, restringindo aqui a minha argumentação ao contexto da literatura, ainda que saiba que podemos estar também em todos os outros espaços sociais. Virginia Woolf nos disse com sabedoria que, para escrever, precisamos de um teto todo nosso e dinheiro para tocar a vida, mas o patriarcado ainda nos impõe restrições que aos poucos vamos vencendo. Hoje as mídias sociais permitem que autoras de Alagoas como Ana Karina Luna, por exemplo, divulguem e vendam seus livros de poemas e outras ficções, por ela mesma confeccionados em sua editora Lua Negra Cartonera. Mas se formos às grandes editoras, esse perfil de autora desconhecida do mercado permanece, porque apenas os considerados “grandes” nomes da nossa literatura aparecem e conseguem publicar. Penso que isso pode ser considerado como uma violação ao direito humano das mulheres escritoras fora dos eixos hegemônicos do país, de publicar seus escritos. Então os direitos continuam sendo desrespeitados. Mas, hoje, definitivamente estamos melhores do que éramos há cem anos. A poeta e pesquisadora mineira Ana Elisa Ribeiro tem empreendido muitas discussões e debates acerca do tema das mulheres editoras. Em Alagoas os grupos que debatem questões das escritoras ou discutem livros de autoria feminina, como o Leia Mulheres de Marechal Deodoro (entre outros), coordenado pela professora doutora Elaine Raposo, do IFAL, têm divulgado enormemente as autoras contemporâneas de Alagoas e de outros lugares. E nesse sentido, as feministas continuam batalhando pela defesa dos direitos humanos das mulheres, pela não violência contra todas nós.”

Entrevista com Izabel Brandão

Kim Santiago: Como você descreve a importância e as contribuições dos Feminismos no processo de afirmação, de reconhecimento e de respeito à Diversidade Humana e, ao mesmo tempo, ao combate a situações diversas de vulnerabilidades de pessoas em decorrência do não respeito aos Direitos Humanos?

Izabel Brandão: “Acredito que a resposta já se encontra embutida no que foi dito acima. Hoje, como ontem e sempre, as mulheres são sujeitos políticos e seus direitos humanos, sejam eles num nível global, com pautas globais e específicas (a interseccionalidade aqui é o forte de tempos mais recentes), precisam ser garantidos. A pauta de hoje inclui novos paradigmas como o meio ambiente, a luta contra o racismo – um espaço de luta também nas artes. Então a luta não parou. A pauta da ecologia é importante em todos os campos do conhecimento e não é diferente com a literatura. Nesse sentido tenho desenvolvido e publicado inúmeros trabalhos sobre essa temática tanto no Brasil quanto no exterior, por editoras reconhecidas, como a Routledge e a Cambridge University Press. Meu grupo de pesquisa, o Mare&sal, tem desenvolvido vários estudos sobre o assunto e, em 2019, publicamos o livro *Literatura e ecologia: trilhando novos caminhos críticos*, pela Edufal (em colaboração com Laurenny Lourenço, da UFMG). Em 2020, organizamos um dossiê sobre o tema para a *Revista Artemis*, da UFPB, sobre o assunto¹. Então, essa divulgação faz parte da nossa busca, no âmbito da literatura, de divulgar nosso trabalho de formiguinha feminista. Estudar, ler e conhecer nossos caminhos a partir do literário envolve a abertura para autoras de modo geral, e de modo mais específico, autoras negro-descendentes, autorxs LGBTQIA+. Esse campo é amplo, mas é por aí que os nossos ativismos feministas entram (...) a sala de aula, a escrita publicada, como esta entrevista, por exemplo, que critica, mas que também divulga e pratica um conhecimento libertário.”

¹ link: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/issue/view/2500>

Entrevista com Izabel Brandão

Kim Santiago: O que você pode relatar sobre resultados e contribuições de suas práxis enquanto pessoa pesquisadora no processo de luta em prol da materialização dos Feminismos na Literatura no Estado de Alagoas?

Izabel Brandão: “Acredito que parte dessa resposta já foi dada, quando me referi ao projeto financiado pelo CNPq que resultou na Coleção Mare&sal que tratou de literatura, saúde e da identidade de gênero das cientistas. Os três volumes tratam de Alagoas (UFAL), Bahia (UFBA) e Pernambuco (UFRPE), com um material inicial referente ao século XX. As atualizações relativas às áreas cobertas naquele momento (até 2001), hoje fazem parte de projetos de outras pesquisadoras e pesquisadores. No meu caso específico, tenho focado nos estudos que tratam do contexto ecológico mais amplo na literatura de autoria feminina brasileira, em projetos financiados pelo CNPq sobre o corpo em várias autoras e poetisas, incluindo autoras de Alagoas (como Arriete Vilela, Heliônia Ceres, Vera Romariz ou Ana Karina Luna, por exemplo). Do contexto nacional, podemos falar de Gilka Machado, Helena Parente Cunha, Hilda Hilst, Clarice Lispector, Tatiana Salém Levy, Heloisa Seixas e Conceição Evaristo. Entram estrangeiras também porque esta é a minha área de formação e aqui posso falar da caribenha Grace Nichols, da escocesa Jackie Kay e da indiano-canadense Rupi Kaur, entre outras. Minhas orientandas e orientandos têm trabalhado com outras autoras, mas daí refiro o instagram do grupo Mare&sal que faz uma ampla divulgação (@mare.e.sal) dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos.

Posso ainda falar de dois trabalhos de pesquisa desenvolvidos e em andamento, ambos também financiados pelo CNPq. Um, relativo à antologia Traduções da cultura – perspectivas críticas feministas (1970-2010), já publicado em livro, em 2017, por um conjunto de editoras (Mulheres, Edufal e EdUFSC), organizado em colaboração com as professoras doutoras Ildney Cavalcanti, Claudia de Lima Costa e Ana Cecília Lima e que foi indicado no ano seguinte ao Prêmio Jabuti. Atualmente, esse livro está em fase de ajustes para uma reedição (estamos em conversas com a Edufal). O segundo trabalho ainda está em andamento e trata de textos em língua estrangeira para tradução, na área de ecocrítica feminista no Brasil. Esses materiais, publicados e em andamento, são norteadores da área de estudos feministas tanto em Alagoas quanto em outras partes do Brasil. As instituições



MOVIMENTOS SOCIAIS: NARRATIVAS DE LUTAS, DE DIREITOS E DE JUSTIÇA SOCIAL

Temática de Extensão:
DIREITOS
HUMANOS &
JUSTIÇA

Entrevista com Izabel Brandão

de ensino brasileiras, por meio de suas pesquisadoras sempre nos procuram pelos nossos trabalhos desenvolvidos, então, acredito que essa contribuição feminista tem sido relevante, tanto na formação de recursos humanos quanto de divulgação da crítica feminista brasileira também feita por nós, aqui, em Alagoas, e esse nós é mesmo coletivo, porque envolve outras pesquisadoras também, como as nossas colaboradoras da referida antologia, e outras de outras áreas como o Direito, por exemplo, com colegas pesquisadoras como a professora doutora Elaine Pimentel, ou as Ciências Sociais e Aplicadas. Os feminismos estão sempre em expansão e renovação de seu pensamento e conhecimento em busca do respeito às mulheres e à defesa da igualdade de direitos humanos para as mulheres.”

Maceió (AL), fevereiro de 2024.

Entrevista feita em FEV/2024

por **KIM PATRICE SANTIAGO SARMENTO**

Estudante de Mestrado em Estudos Literários / Fale UFAL

Projeto de Extensão “História para contar/2023”

Aprovada em FEV/2024

Revisada em FEV/2024

Publicada em FEV/2024